

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Cargo – Professor do Ensino Profissional

O SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e considerando a homologação em 07/06/2017 do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado, Edital SEC/SUDEPE Nº 001/2017 de 11/02/2017, da Seleção Pública para contratação temporária de pessoal na função de Professor do Ensino Profissional, em caráter emergencial, pelo Regime Especial de Direito Administrativo – REDA.

RESOLVE:

Art. 1º- Ficam convocados os candidatos, por ordem de classificação, constantes no presente Edital, a comparecer no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da data desta publicação, no horário das 8h30 às 11h30 e das 14h00 às 17h30, nos seguinte local:

Os candidatos aprovados na Região Metropolitana de Salvador, deverão comparecer na Secretaria da Educação situada na Avenida Luiz Viana Filho nº 550, 5ª avenida, CAB (Centro Administrativo da Bahia), 1º andar, sala 138.

Os candidatos aprovados para o Interior do Estado deverão comparecer nas sedes dos NTE (Núcleo Territorial de Educação) a que pertence o município para o qual foram aprovados.

Art. 2º- Os candidatos deverão comparecer munidos dos seguintes documentos em original e fotocópia:

- a) original e cópia do diploma, devidamente registrado de conclusão do curso de nível superior para a função temporária que concorreu expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC;
- b) original e cópia Diploma de Conclusão do Curso, relacionado a função temporária com pré-requisito/escolaridade de nível médio expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC;
- c) original e cópia dos títulos obtidos no exterior revalidados no Brasil, se for o caso;
- d) original e cópia carteira de identidade, CPF, certidão de nascimento ou de casamento, se for o caso;
- e) original e cópia da certidão de nascimento ou RG dos dependentes;
- f) número de conta corrente do Banco do Brasil;
- g) original e cópia título de eleitor e dos comprovantes dos dois últimos pleitos ou certidão de quitação eleitoral fornecida pelo respectivo cartório eleitoral;
- h) original e cópia do ato de exoneração ou do requerimento no ato da posse para o candidato que ocupe cargo, emprego ou função pública inacumulável na forma do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal;
- i) declaração de bens;
- j) original e cópia PIS/PASEP (caso seja inscrito);
- k) Original e Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS para comprovação da experiência profissional conforme informado na Ficha de Inscrição Obrigatória;
- l) declaração de não-acumulação de cargos, empregos e funções, ainda que não remunerados;
- m) original e cópia certificado de reservista para os homens;
- n) 03 (três) fotos 3x4;
- o) original e cópia comprovação de residência dos últimos 08 (oito) anos;
- p) certidão negativa dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que tenha residido, nos últimos 08 (oito) anos, da Justiça Federal;
- q) certidão negativa dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que tenha residido, nos últimos 08 (oito) anos, da Justiça Estadual;
- r) folha de antecedentes da Polícia Federal de onde tenha residido nos últimos 08 (oito) anos, expedida, no máximo, há 06 (seis) meses;

s) folha de antecedentes da Polícia do(s) Estado(s) onde tenha residido nos últimos 08 (oito) anos, expedida, no máximo, há seis meses;

t) certidão negativa da Justiça Militar Federal, inclusive para os candidatos do sexo feminino;

u) certidão negativa da Justiça Militar Estadual ou do Distrito Federal, inclusive para os candidatos do sexo feminino;

w) certidão negativa da Justiça Eleitoral;

v) certidão negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça;

x) certidão negativa do Conselho de Classe ou órgão profissional competente;

y) declaração de que:

I - não tenha contra si decisão condenatória transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 08 (oito) anos após o cumprimento da pena pelos crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; contra o meio ambiente e a saúde pública; eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação a perda do cargo ou a inabilitação para o exercício da função pública; de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; de redução à condição análoga a de escravo; contra a vida e a dignidade sexual; praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

II - não tenha perdido cargo eletivo de governador e de vice-governador do Estado e de prefeito e de vice-prefeito, por infringência a dispositivo da Constituição Estadual ou da Lei Orgânica do Município, nos últimos 08 (oito) anos;

III - não tenha contra si representação julgada procedente pela justiça eleitoral em decisão transitada em julgado, em processo de apuração de abuso de poder econômico ou político nos últimos 08 (oito) anos;

IV - não tenha contra si decretação da suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou por órgão judicial colegiado, por ato doloso e de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 08 (oito) anos após o cumprimento da pena;

V - não tenha sido excluído do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 08 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;

VI - não tenha sido demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 08 (oito) anos, contados da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;

VII - no caso de Magistrado e de membro do Ministério Público, não tenha sido aposentado compulsoriamente por decisão sancionatória, que não tenha perdido o cargo por sentença ou que não tenha pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 08 (oito) anos;

VIII - não tenha sido responsável por atos julgados irregulares por decisão definitiva do Tribunal de Contas da União, do Tribunal de Contas de Estado, do Distrito Federal ou de Município, ou ainda, por conselho de contas de Município;

IX - não tenha sido punido, em decisão da qual não caiba recurso administrativo, em processo disciplinar por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo;

z) procuração para os candidatos que optem por se fazerem representados por terceiro, com firma devidamente reconhecida em cartório;

aa) comprovação de ter exercido efetivamente a função de jurado;

ab) Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, expedido por Médico do Trabalho ou Serviço Médico Especializado em Medicina Ocupacional;

ac) Cópia dos exames apresentados quando da realização da avaliação médica.

O candidato que, na data da contratação, não reunir os documentos requisitados e enumerados acima, perderá o direito ao ingresso na referida função temporária.

EXAMES	VALIDADE DO EXAME
Hemograma	3 meses
Glicemia	3 meses
Sumario de urina	3 meses
Parasitológico de Fezes	3 meses
Acuidade visual (emitida por medico Oftalmologista)	3 meses
Rx de Tórax (PA) com Laudo	6 meses
Eletrocardiograma com Laudo(a partir dos 40 anos)	6 meses
PSA da próstata (homens a partir dos 40 anos)	6 meses

Salvador, 25 de outubro de 2018

WALTER PINHEIRO

Secretário da Educação

NTE TERRITÓRIO EIXO / SUBEIXO INSCRIÇÃO 0168105673	03 CHAPADA DIAMANTINA AMBIENTE E SAÚDE/ENFERMAGEM NOME TÂMARA EPITÁCIA SILVA MARQUES DE LIMA	CPF 82620610559	NOTA FINAL 23.00	CLASSIFICAÇÃO 13
NTE TERRITÓRIO EIXO / SUBEIXO INSCRIÇÃO 0168100511	05 LITORAL SUL GESTÃO E NEGÓCIOS/ADMINISTRAÇÃO NOME MAURICIO MORAIS PIMENTA	CPF 03029802531	NOTA FINAL 31.00	CLASSIFICAÇÃO 16
NTE TERRITÓRIO EIXO / SUBEIXO INSCRIÇÃO 0168101194	07 EXTREMO SUL GESTÃO E NEGÓCIOS/ADMINISTRAÇÃO NOME JOICE GLENY SILVA GOECKING	CPF 08379967674	NOTA FINAL 26.00	CLASSIFICAÇÃO 6
NTE TERRITÓRIO EIXO / SUBEIXO INSCRIÇÃO 0168100594 0168107423 0168102539	09 VALE DO JEQUIÇA GESTÃO E NEGÓCIOS/ADMINISTRAÇÃO NOME MICHEL PITALLI GARCIA MARILUCE DOS SANTOS NEISE EUDÓXIA BORGES SANTOS DE CARVALHO	CPF 21924443899 82165874572 93712138504	NOTA FINAL 28.00 28.00 27.00	CLASSIFICAÇÃO 12 13 14
NTE TERRITÓRIO EIXO / SUBEIXO INSCRIÇÃO 0168107856	19 PORTAL DO SERTÃO AMBIENTE E SAÚDE/MEIO AMBIENTE NOME RAFAELA SOUSA GONÇALVES	CPF 83982426553	NOTA FINAL 32.00	CLASSIFICAÇÃO 3
NTE TERRITÓRIO EIXO / SUBEIXO INSCRIÇÃO 0168104495	INFRAESTRUTURA/EDIFICAÇÕES NOME CATILENE BEZERRA DE LIMA	CPF 03406384510	NOTA FINAL 21.00	CLASSIFICAÇÃO 16
NTE TERRITÓRIO EIXO / SUBEIXO INSCRIÇÃO 0168106294 0168105706 0168107554	26 METROPOLITANO DE SALVADOR CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS/ELETROMECAÂNICA NOME GERSON JORGE SILVA SUZART ANTONIO CARLOS NUNES BRAZIL WASHINGTON SOUZA PEREIRA	CPF 01042811547 56809964568 94912750549	NOTA FINAL 28.50 28.00 27.00	CLASSIFICAÇÃO 8 9 10
NTE TERRITÓRIO EIXO / SUBEIXO INSCRIÇÃO 0168101122	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS/ELETROTÉCNICA NOME JOENI SACRAMENTO DE LIMA	CPF 88891542504	NOTA FINAL 27.00	CLASSIFICAÇÃO 15

CANDIDATOS

CONVOCADOS EM VAGAS RESERVADAS

AOS NEGROS

NTE
TERRITÓRIO
EIXO / SUBEIXO
INSCRIÇÃO
0168100773

19
PORTAL DO SERTÃO
AMBIENTE E SAÚDE/MEIO AMBIENTE
NOME
NAJILA SENA DA SILVA

CPF
04148148518

NOTA FINAL
27.00

CLASSIFICAÇÃO
1